



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O PRÉDIO ESCOLAR NA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ivanilso Santos da Silva

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

ivanilosantos@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho faz parte de nosso projeto de pesquisa em desenvolvimento, na linha de pesquisa em Política Educacional, no qual trabalhamos com a perspectiva de análise da política pública com ênfase na infraestrutura escolar como um dos elementos centrais da política de expansão e universalização da educação básica.

Tal perspectiva foi inicialmente problematizada a partir das seguintes questões: quais as relações entre infraestrutura escolar, propostas pedagógicas e universalização do ensino fundamental? A organização espacial e físico-arquitetônica das escolas, potencializam ou limitam a efetivação de tais políticas? Exercem quais influências sobre a execução de uma proposta pedagógica e da identidade e cultura escolar?

Dada a amplitude e abrangência das questões supracitadas, procuramos melhor delimitar e demarcar o nosso foco, delimitando o *tema*: Política de construção de prédios escolares, tendo como *Objeto de Pesquisa*: A política educacional, de forma a chegarmos no seguinte *problema de pesquisa*: *Como vem sendo definida a política de construção de prédios escolares no âmbito da gestão municipal de educação do Jaboatão dos Guararapes no período entre 2009 e 2016?*

Jaboatão dos Guararapes, município da região metropolitana é, depois do Recife, aquele com maior população em idade escolar e maior número de matrículas de Pernambuco. Segundo dados preliminares do censo escolar 2013 (Jaboatão dos Guararapes, 2013) sua rede educacional conta com cerca de 118 escolas, muitas funcionando em prédios alugados, nem sempre adequados à prática educativa ou escolar. Com sua política educacional pautada na gestão por resultados (OLIVEIRA, 2014), no tocante à prática docente e à gestão escolar, vem desenvolvendo uma expansão e adequação da rede de atendimento escolar, tendo construído 30 escolas em 7 anos.

Assim, nossos objetivos são: analisar a política de construção dos prédios escolares no município de Jaboatão dos Guararapes no período entre 2009 e 2016, no contexto da universalização do acesso à educação.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Metodologia

Nossa pesquisa baseia-se na perspectiva do Ciclo de Pesquisa proposto por Minayo(2012) compreendendo três etapas ou fases: exploratória, de campo e de análise e tratamento do material coletado.

Na fase exploratória, tendo o Projeto de Pesquisa como fim e meio, realizaremos o levantamento das fontes bibliográficas, afim de delimitar nosso campo teórico e conceitual, tendo como principais descritores: a) Arquitetura Escolar; b) Análise de Políticas Públicas; c) Gestão Municipal de Educação; d) Universalização da Educação Básica. Para isto, utilizamos das plataformas digitais da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BTB, do Banco de Teses da CAPES.

Realizaremos, ainda, o levantamento das fontes documentais, mais especificamente a legislação educacional no âmbito municipal, entre o período de 2009 e 2016, a partir do Portal de Busca da Legislação Municipal do Jaboatão dos Guararapes – LEGIS. Os principais descritores utilizados nesta busca foram a) Educação; b) Escola/Escolar; c) Arquitetura. Consideraremos para fins desta pesquisa as Leis Ordinárias e/ou Leis Complementares que versem sobre o processo de Gestão Educacional com foco na escola enquanto ambiente, território ou espaço.

A etapa do trabalho de campo, pautar-se-á na coleta de relato verbal escrito, por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários.

Considerando o foco desta pesquisa – a análise de uma dimensão da política educacional, dentro da concepção do ciclo de políticas públicas (MAINARDES, 2015) – trabalharemos a partir de três fontes diretas: a) *Gestores Municipais*, b) *Docentes*, c) *Representantes da Sociedade Civil*.

No tocante à escolha e validação de tais fontes/sujeitos, nos orientam as considerações de Luna (2000) a respeito da pesquisa baseada em relatos verbais, chamando atenção para a necessidade de escolhermos fontes mais diretas possível, menos por uma ruptura com a “variabilidade” e ou “subjetividade” das informações e dados coletados, próprias das pesquisas sociais, e mais como estratégia de refinamento capaz de atribuir à pesquisa maior rigorosidade.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Assim, ao escolhermos tais sujeitos, esperamos ter uma percepção mais abrangente do problema a ser investigado, expectativa presente na definição do método, das técnicas e instrumentos a serem utilizados por nós.

Em se tratando de uma Pesquisa Qualitativa, nos propomos o exercício de uma “partilha densa” (CHIAZZOTTI, 2003) com sujeitos que vivem uma mesma dimensão da realidade, a partir de lugares sociais e políticos distintos.

Neste sentido, justifica-se nosso esforço em ouvir diferentes vozes para com elas dialogarmos, mediatizados pelo tema desta pesquisa e tendo a escola como ambiente, “como lugar e como território” (VIÑAO, 2005). Onde, e a partir do qual, a política constrói seus escopos e se concretiza (AZEVEDO, 1997).

Para a consecução de nossos objetivos utilizaremos de três técnicas de coleta de dados: Entrevista, enquanto relação social de comunicação, mas com a especificidade de carregar em si uma intencionalidade científica, pressupondo um exercício de construção, na perspectiva de Bourdieu (1997), segundo a qual não havendo inocência epistemológica, em crítica à proposição e perspectiva positivista de entrevista, deve ser feito um esforço para “conhecer e dominar” atos e efeitos de construção da realidade; entrevistas estruturadas em formato de Questionário, compreendido como um instrumento mediador da comunicação social (RICHARDSON, 1999), partindo também de uma abordagem segundo a qual os dados “são criados e não apenas coletados [visto que] a maneira como os dados são procurados determina a natureza dos dados recebidos” (BABBIE, 2003:193 – grifo nosso), na intenção de ter um perfil dos/as professores que atuam nas escolas que serão estudadas por nós e sua representação sobre o prédio escolar e sua participação na política de construção dos prédios.

A Observação Participante nas escolas será, por um lado, uma observação estruturada, no que diz respeito a sondagem das condições infraestruturais das escolas, por meio de um roteiro fechado de observação bem como registro fotográfico; e uma observação semiestruturada (VIANNA, 2003), por outro lado, de modo a nos permitir identificar as formas características de relação condicionadas pela infraestrutura escolar. O foco de nossa observação será a Escola como ambiente de aprendizagem, convívio, ludicidade e de trabalho, entretanto, centrando-nos sobre o



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

comportamento das crianças e adolescentes. De modo a interessar-nos mais, nesta pesquisa, os ambientes de uso comuns, como pátios, halls, refeitórios, quadras esportivas, áreas de lazer.

Resultados e Discussão

A rede Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes, é a segunda maior da Região Metropolitana do Recife, com mais de 49 mil estudantes, dos quais 36 mil matriculados no ensino fundamental.

O referido município está organizado em 07 *Regionais Administrativas*, e a maior concentração de escolas e estudantes localiza-se na Regional-1 (Centro), com 34 escolas onde estudam 21% do total de estudantes dos anos iniciais e 26% do total de estudantes vinculados aos anos finais do ensino fundamental.

É perceptível o trabalho que veem sendo empreendido seja no âmbito federal, estadual ou municipal, em prol da consolidação da universalização da educação básica, principalmente no marco legal com a consolidação da LDB (9.394/96), com a aprovação da Lei 10.172/2001, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010), até a afirmação do ensino fundamental de nove anos, em 2006, e o novo PNE (2014-2024).

No âmbito da legislação municipal o Plano Municipal de Educação, lei nº 626 de 2011, prevê a aquisição, construção, reforma e adequação de prédios escolares, como condição para garantir a expansão do atendimento de universalização da educação básica, o que coloca a dimensão infraestrutural da escola como centro da política de acesso ao ensino fundamental.

Estudar o texto da política, a legislação, por si só, não permitirá entrever os contornos e condicionantes da política em efetivação, pois é exatamente no âmbito da escola que a política pública de educação melhor se expressa, como enfatiza Azevedo:

(...) não se pode esquecer que a escola e principalmente a sala de aula, são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo que se tenta por em ação. O cotidiano escolar, por tanto, representa o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a uma política – a uma *policy* – entendida aqui como um programa de ação (1997:59)

No caso da construção, reforma e adequação de prédios escolares, este é o tipo de política em que a escola deve ser o ponto de partida e o ponto de chegada, pressupondo a participação da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

comunidade escolar, dos agentes da política, aqueles que a vivenciarão no cotidiano escolar, desde de sua concepção.

A este aspecto da educação não é dado a devida importância, seja do ponto de vista legal/regulatório ou do ponto de vista acadêmico, pela pouca bibliografia que trate deste aspecto, chegando a parecer que tais condições não têm o potencial de influenciar na efetivação de propostas pedagógicas, no resultado do processo ensino-aprendizagem, na construção da identidade e cultura escolar e, principalmente, na consolidação de uma política, ainda que alguns autores como Kowaltowski (2011) e Neto (2013), indiquem o contrário, ou seja, a dimensão infraestrutural da escola reflete, sim, uma perspectiva pedagógica e tem impactos sobre a aprendizagem.

Conclusões

O ambiente físico pode ser o que os indivíduos fazem dele, ou seja, ser o que são (ou como se sentem) quem neles habita, mesmo na maioria dos espaços escolares não se consolidando uma postura de autonomia coletiva de modificação e intervenção nos ambientes, por motivos políticos, ideológicos e econômicos, reforçando a separação entre quem institui e quem executa; entre quem pensa a política, quem gere e quem lhe dá vida no chão da escola, reforçando a separação entre quem elabora, planeja e constrói os prédios escolares, de um lado e quem os habita, de outro.

A discussão aqui apresentada diz respeito às primeiras reelaborações do aporte metodológico de nossa pesquisa de mestrado em relação com os dados coletados preliminarmente, em estágio inicial de levantamento e organização documental bem como de nosso marco teórico.

A análise de tais documentos, ainda embrionária, não tem permitido evidenciar quais os caminhos percorridos na construção e consolidação da política de construção dos prédios escolas, quais seus principais atores e sua relação com as diretrizes nacionais. Contornos que pretendemos identificar a partir da aplicação e análise das entrevistas e questionários, a ser realizado na segunda etapa desta pesquisa.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Janete. M. Lins de. Educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 1997. 75p.
- BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa survey. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. (p.189-211)
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005. (p. 07-140).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. (p. 693-713).
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Centro de Documentação e Documentações. Edições Câmara: Brasília, DF. 2010, 5ª Ed. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf> Download em: 04 de out. 2011.
- _____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> Acesso em: 18 de out. 2013.
- _____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13> Acesso em: 11 de ago. 2015.
- CHIAZOTTI, Antônio. Pesquisas qualitativas em ciências humanas e sociais: evoluções e desafios. Revista Portuguesa de Educação. 16 (2), 2003.
- JABOATÃO DOS GUARARAPES. Educacenso 2013 - dados preliminares. Secretaria Executiva de Educação: Núcleo de Dados Estatísticos. Disponível em: <<http://see.jaboatao.pe.gov.br/Educacenso.html>> Acesso em: 16 de out. 2013
- _____. Lei nº 626, de 2011. Institui o Plano Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes. Disponível em: <<http://legis.jaboatao.pe.gov.br/lei-ordinaria/2011/00626/>> Acesso em: 11 de ago. 2015.
- KOWALTOWSKI, Doris K. **Arquitetura Escolar: O projeto do ambiente de ensino.** São Paulo: Oficina de Texto, 2011. 272p.
- LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000. 108p.
- MAINARDES, Jefferson. Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas. Disponível em: <www.uepg.br/gppepe> acesso em: 04/08/2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 108p.
- NETO, José Soares; JESUS, Girlene Ribeiro de; KARINO, Camila Akemi; ANDRADE, Dalton Francisco de. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. Revista Est. Aval. Educ. 24 (54), 2013.
- OLIVEIRA, D. A. **Trabalho na educação básica de Pernambuco.** Camaragibe, PE: CCS Gráfica e Editora, 2014. 152p.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. (p.189-219).
- VIANNA, Heraldo Marelim. Pesquisa em educação: a observação. Brasília: Plano Editora, 2003. (p. 90-70).
- VIÑAO, Antônio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005, p. 15-47.